

INDISCIPLINA NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS DE UM CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DE UMA IES¹

Aparecida Silvério Rosa

Professora Mestre do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

E-mail: tida@unipam.edu.br

Fernanda Telles Márques

Professora Doutora da Universidade de Uberaba – UNIUBE

E-mail: fernanda.marques@uniube.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar comparativamente os entendimentos de alunos e de professores de um curso superior acerca da questão da indisciplina em referido nível de ensino. Trata-se de uma investigação em abordagem quali-quantitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfico-documental e de campo. A pesquisa de campo foi feita no curso de Medicina Veterinária de uma IES privada da cidade de Patos de Minas e teve como participantes professores e alunos do 2º e do 10º período. Para a coleta dos dados, utilizou-se de um questionário misto a um total de 146 discentes e 12 docentes. Os resultados mostraram que todos os participantes dessa pesquisa consideram diversas situações como indisciplinadas. As concepções dos professores, dos alunos iniciantes e dos concluintes relacionam a indisciplina aos comportamentos que se contrapõem às regras, normas preestabelecidas para o bom andamento das atividades escolares. Com a pesquisa, vimos, ainda, que indisciplina diz respeito, muito mais, à falta de atenção e concentração na aula e/ou na atividade proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Processos educacionais. Indisciplina. Ensino superior.

ABSTRACT: The present article aims to comparatively analyze the views of students and teachers of a college course concerning indiscipline at such level of education. This is an investigation in a qual-quantitative approach, carried out through bibliographic-documentary and field research. The field research was done in the Veterinary Medicine course of a private HEI in the city of Patos de Minas. The participants were teachers and 2nd and 10th term students. For data collection, a mixed questionnaire was applied to a total of 146 students and 12 teachers. The results showed that all the participants considered several situations as undisciplined. The conceptions of the teachers, the beginner students and the graduate ones relate indiscipline to behaviors that contradict rules, pre-established norms for the good progress of school activities. With the research, we have also seen that indiscipline is greatly related to the lack of attention and concentration in class itself and / or in the proposed task.

KEYWORDS: Educational processes. Indiscipline. Higher education.

¹ Trabalho apresentado na área temática IV Pedagogia: fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e antropológicos da educação, no Congresso Mineiro de Formação de Professores para a Educação Básica, realizado de 05 a 09 de novembro de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Em discursos docentes sobre a prática cotidiana, a questão disciplinar tem surgido, com muita frequência, como motivo de preocupação, de sensação de impotência e mesmo de insatisfação profissional. Fala-se cada vez mais em indisciplina, contudo, ainda que ela esteja presente também no ensino superior – e que não raro torne-se pauta de reuniões pedagógicas e de medidas administrativas – no Brasil, pouco se vê produção acadêmica a respeito.

Para refletir sobre a questão, adotamos diversos autores que têm, em comum, algum diálogo com a leitura foucaultiana dos dispositivos disciplinares. Assim, além de Foucault (2004, 1999), em quem encontramos uma discussão sobre a disciplina enquanto técnica de governo, refletimos sobre os processos de normalização ocorridos na instituição educacional e, em Aquino (2009, 2003, 1996), vemos que os conflitos disciplinares que se dão no ambiente universitário guardam íntimas relações com questões sociais do mundo contemporâneo.

O objetivo da pesquisa é analisar comparativamente o entendimento de professores e de estudantes universitários acerca da tensão disciplina/indisciplina no ensino superior. Como os poucos trabalhos sobre o tema a que tivemos acesso referiam-se a ambientes universitários das áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas ou Licenciaturas, buscamos verificar como a questão seria vista e vivenciada pelos partícipes de um ambiente acadêmico que não tivesse as temáticas da disciplina e das relações de poder como parte de seu conteúdo curricular – decorrendo disso a escolha pelo curso de Medicina Veterinária.

Para alcançar o objetivo proposto, optamos por uma abordagem qualiquantitativa, assim entendida a partir da perspectiva de Chizzotti (1998). Dessa forma, fizemos uso de um instrumento misto, que foi aplicado a um total de 158 sujeitos distribuídos entre alunos ingressantes, alunos concluintes e seus professores. As respostas foram sistematizadas em categorias temáticas e discutidas à luz do referencial teórico.

2 DISCIPLINA ESCOLAR COMO FORMA DE GOVERNAMENTO

Segundo Aquino (2009), as contribuições de Foucault são essenciais para a análise do disciplinamento, não apenas do ambiente escolar, que emergiu no final do século XVIII e início do século XIX.

O estudioso de Foucault registra que, conforme o filósofo francês, “as instituições disciplinares teriam se constituído em consoante a procedimentos de controle bastante minuciosos”, entre eles, destaca-se a “racionalização do espaço, do tempo e dos corpos dos indivíduos sob sua tutela” (AQUINO, 2009, p. 58).

Para Foucault (1999), a disciplina é uma das ferramentas utilizadas na manutenção do poder. Diferentemente de outras correntes teóricas que se voltam ao mesmo tema, entende-se que “esse poder não diz respeito à dominação de uma classe superior sobre uma inferior, mas a um poder que circula entre a população, presente

em todos os setores da sociedade” (idem, p. 89). Para o pensador, o século XVIII pode ser caracterizado como o século da pedagogia, pois o assunto marcava a vida social e era interesse de estudiosos, influenciados pelos ideais iluministas, e esse interesse expandiu-se para as primeiras décadas do século XIX. Conhecendo o processo de escolarização das massas populares iniciado naquele período, o sistema escolar desenvolveu processos de organização disciplinar, baseados em normas, sanções e registros em regimentos escolares.

O que era considerado, então, como “boa educação” pautava-se, de acordo com Foucault (1999), no uso de alguns dispositivos disciplinares, como o olhar hierárquico em que a vigilância era favorecida pela organização; a separação e o distanciamento entre educador e educando; o domínio sobre os movimentos corporais e a produtividade do dominado numa relação de poder. Além disso, pautava-se no exame, que permitia qualificar, classificar e punir.

Assim, observa Foucault (1999, p. 211) que o exame “torna-se, na escola, uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre”, o que será fundamental para que a escola adquira o status de local onde se elabora a pedagogia. E o autor continua afirmando: “a era da escola ‘examinatória’ marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência” (idem, p. 211). Diante de tais colocações, é importante considerar que os processos avaliativos constituíram uma das expressões mais evidentes do impacto das técnicas examinatórias nesse contexto.

A escola é um importante espaço institucional, no qual o poder disciplinador se faz presente. Também os indivíduos são moldados, docilizados e controlados a partir do saber que a própria escola produz sobre eles. O pensamento de Foucault nos oferece um conceito interessante, pois, ligado à disciplina escolar, permite entendê-la como uma forma de governo.

Segundo Aquino e Ribeiro (2009), são processos de governamentalização pedagógico-escolar da atualidade educacional: ensinar aos alunos, discipliná-los, avaliá-los, formá-los homens, para, assim, torná-los “futuros homens”. Na justaposição de repetição com circularidade, estariam os principais contornos da governamentalidade escolar. Nesse sentido, em contraposição à ideia de que “o poder é o mal”, Foucault (2004) argumenta que o mal não está no poder, mas na ausência de uma reflexão crítica sobre o emprego de técnicas abusivas. A exemplo, cita o caso da pedagogia escolar, deixando claro que não vê mal algum “na prática de alguém que, em um dado jogo de verdade, sabendo mais do que um outro, lhe diz o que é preciso fazer, ensina-lhe, transmite-lhe um saber, comunica-lhe técnicas” (idem, p. 285).

Ao identificar mecanismos de poder na sociedade, Foucault (1999) caracteriza o poder disciplinar como autor dos acontecimentos decorrentes de uma atitude padronizada dos homens na modernidade. Segundo ele, vivemos na época dos corpos disciplinados, em que a disciplina produz, para a modelagem e o controle dos corpos, ferramentas que vão nortear o processo de construção do poder e normatização das condutas, adotando caracteres para sua aquisição.

3 PERCEPÇÕES E COTIDIANO DE DOCENTES E DISCENTES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INDISCIPLINA

Iniciamos a pesquisa de campo buscando conhecer quais comportamentos seriam entendidos por aqueles que estão mais diretamente implicados no processo educacional: professores e alunos, o que seria por eles considerado como indisciplina. Na sequência, levantamos elementos favorecedores da compreensão do quanto esses eventos implicariam, na percepção de cada grupo de sujeitos, prejuízos ao processo educacional e/ou ao desempenho profissional.

Em uma das questões do instrumento, apresentamos uma relação de situações comuns no ambiente escolar: “trocar bilhetinhos ou mensagens durante a aula; conversar enquanto o professor está com a palavra”; “conversar enquanto um colega está com a palavra”; “interromper a fala do professor ou de um colega com questionamento ou colocação pertinente ao assunto”; “interromper a aula com ironia ou sarcasmo dirigido a quem está com a palavra (professor ou colega)”; “permitir que o celular toque durante a aula”; “atender ao telefone celular durante a aula”; “navegar na internet durante a aula, sem que tenha sido solicitado ou autorizado pelo professor”; “utilizar fones de ouvido durante a aula”; “fazer perguntas ou observações que não têm relação com o assunto tratado em aula”; “não dar atenção/ignorar o professor enquanto este se dirige à turma”; “não atender à solicitação do professor quando este chama a atenção da turma ou reclama de indisciplina”. Solicitamos aos participantes que identificassem, entre estas, as ocorrências por eles consideradas como indisciplina no ensino superior, e também reservamos um espaço para que o aluno ou o professor pudesse inserir alguma outra situação não contemplada no instrumento².

Os resultados chamam a atenção por revelar que o grupo dos professores foi unânime em relação a quatro das 12 situações. 100% dos docentes abordados consideraram que se trata de indisciplina: “atender ao telefone celular durante a aula”; “conversar enquanto o professor está com a palavra”; “interromper a aula com ironia ou sarcasmo dirigido a quem está com a palavra (professor ou colega)”; e, “não atender à solicitação do professor quando este chama a atenção da turma ou reclama de indisciplina”.

As situações em questão têm um elemento em comum, o aparente enfrentamento da autoridade docente. Em uma delas, em especial, fica ressaltado um caráter de incivilidade, assim considerado a partir de Debarbieux (1999), para quem a transgressão das normas com indelicadeza deliberada assim se configuraria.

Nesse sentido, cabe chamar a atenção para o fato de que, em obra posterior, Debarbieux alertou que, nas relações educacionais, o que tem sido chamado de incivilidade não é algo que possa ser pensado a partir da dicotomia barbárie/civilização, pois a existência de uma atmosfera hostil não depende de falta de educação ou de “civilidade”.

Ainda que não ocorrendo a unanimidade vista no reduzido grupo dos docentes, as respostas dos alunos indicam que, em relação às mesmas situações em questão,

² Apenas um docente acrescentou que outra manifestação de indisciplina não prevista no instrumento seria o trânsito de aluno entrando e saindo da sala no decorrer da aula.

eles têm entendimento muito similar ao de seus professores.

Outro dado que merece ser ressaltado é o apontamento de que a maioria dos professores compreende que “interromper a fala do professor ou de um colega com questionamento ou colocação pertinente ao assunto” e “fazer perguntas ou observações que não têm relação com o assunto tratado em aula” não se configuram como indisciplina. Tal resultado é importante porque deixa claro que o professor não está reputando a participação do aluno como um inconveniente, ainda que esta se dê a partir de uma interrupção. Fazer questionamentos e colocações faz parte da interação durante a exposição da aula. O inconveniente, também para os professores abordados, parece estar na interrupção que traduz uma postura de enfrentamento ou de desconsideração ao processo educacional em curso.

Diferentemente dos professores, os alunos opinaram que a interrupção para questionamentos e observações que não têm relação com a matéria é expressão de indisciplina.

Para checar a hipótese de que muito do conflito em sala de aula decorreria do fato de professores e alunos terem entendimentos distintos não apenas sobre o que é caracterizado como indisciplina, mas também sobre os prejuízos que manifestações assim reconhecidas poderiam ou não vir a causar ao adequado desenvolvimento das aulas, em outra questão, apresentamos a mesma relação de situações anteriormente postas e solicitamos aos participantes que indicassem se seriam consideradas por eles como *nada graves, pouco graves, graves* ou *muito graves*.

Chama a atenção que, para os alunos concluintes, oito das 12 situações apresentadas tenham sido vistas como de maior gravidade do que aos olhos dos alunos iniciantes, o que guarda relação com o fato de que professores de turmas do perfil inicial relatem maiores dificuldades com a indisciplina em sala de aula.

Outro dado significativo é que apenas o grupo dos professores não atribuiu gravidade a duas situações. “Trocar bilhetinhos ou mensagens” assim como “interromper a fala do professor ou de algum colega com questionamento pertinente ao assunto” não foram condutas consideradas como *graves* pelos professores, mas apenas pelos estudantes. Estes consideraram como condutas com maior gravidade “interromper a aula com ironia ou sarcasmo dirigido a quem está com a palavra, seja professor ou aluno, o que também pode ter alguma relação com a questão do *bullying* e/ou do mal-estar nas relações escolares.

Em sentido inverso, “não dar atenção ou ignorar o professor quando este se dirige à turma” e “conversar enquanto o professor está com a palavra” são consideradas condutas *graves* pelos docentes, mas nem tanto pelos discentes. Pelos resultados, acredita-se que a autoridade pedagógica é uma questão desafiadora também para o professor universitário, uma vez que a maioria relatou que os alunos nem sempre dão atenção quando estão com a palavra, isso requer o conhecimento das características de cada turma, para que possa exercer com coerência sua função de educador.

Vasconcelos (2009) e Aquino (1996) estão entre os autores que discutem o conceito de autoridade no exercício docente, o que fazem ponderando sobre o direito ou poder de obedecer, tomar decisões, dar ordens em um contexto em que se devem adotar atitudes que levem o outro a crescer.

A escola é um importante espaço institucional, no qual o poder disciplinador se faz presente. Foucault nos apresenta um conceito de governamentalidade, pois, ligado à disciplina escolar, permite entendê-la como uma forma de governo. Assim posto, toda autoridade pedagógica dependeria de um elemento relacional, do estabelecimento de um vínculo respeitoso entre professores e alunos. Vínculo este que era mais fácil de ser obtido em épocas em que os alunos, mesmo que portadores de sentimentos ambivalentes em relação a seus mestres, ainda desejavam ser como seus professores, pois, nas palavras do autor, a imagem do professor ocupava um lugar importante no ideal de Eu do aluno (FOUCAULT, 2004).

Considerando o fato de que a nossa sociedade está imersa na cultura digital, a fragilização da autoridade pedagógica se manifesta, sobretudo, quando se coloca em discussão o uso de aparelhos celulares em sala de aula. Na pesquisa, constatamos que mais de 85% de todos os participantes associam à indisciplina diversos usos não autorizados de equipamentos celulares, contudo alguns usos são considerados como mais *graves* que outros. “Permitir que o celular toque durante a aula” é algo visto como mais *grave* pelos alunos concluintes e pelos ingressantes do que pelos professores; “atender ao telefone durante a aula” foi considerado como indisciplina por 100% dos docentes. Em contrapartida, navegar na *internet* sem que isso tenha sido solicitado ou autorizado pelo docente foi considerado como *muito grave* pela metade dos professores.

Diferente da silenciosa navegação pela *internet*, permitir que o celular toque durante a aula é algo visto como mais *grave* pelos alunos concluintes e pelos ingressantes do que pelos professores. O dado sugere, mais uma vez, que os estudantes universitários abordados tendem a tratar como indisciplina não necessariamente o que afronta normas ou autoridades institucionais, mas aquilo que pode atrapalhar seu aproveitamento ao tirar sua concentração.

Em outra questão do instrumento, perguntamos aos participantes sobre a frequência com que ocorriam as situações em discussão. No questionário remetido aos professores, foi solicitado que respondessem com base nas turmas por eles consideradas como indisciplinadas, já no questionário remetido aos alunos a solicitação foi que as respostas fossem dadas tendo-se em mente a atual sala de aula.

Ainda movidos pela intenção de conhecer o entendimento dos participantes sobre como se dá a indisciplina em seu cotidiano universitário, em outra questão, enfocamos a condução da situação quando esta acontece em sala de aula. Apresentamos aos participantes uma relação de situações solicitando a eles que identificassem se, em seu entendimento, estas ocorreriam *raramente*, *às vezes* ou *sempre*: “o professor chama a atenção ou dá bronca na turma”; “o professor tenta negociar com a turma”; “o professor chama a atenção diretamente dos alunos envolvidos”; “o professor interrompe a aula e espera que a turma silencie”; “o professor altera o tom de voz ou dá tapas na mesa pedindo atenção”; “o professor interrompe a aula e se retira da sala”; “o professor pede aos alunos envolvidos que se retirem da sala”; “o professor anuncia ou chega a pedir a presença de um representante da coordenação do curso”; “os alunos envolvidos em indisciplina são acompanhados pela coordenação ou recebem alguma advertência”.

A maioria dos alunos iniciantes respondeu que *raramente* o professor

interrompe a aula e se retira da sala; os alunos mais envolvidos em indisciplina são acompanhados pela coordenação ou recebem alguma advertência e o professor anuncia ou pede a presença de um representante da coordenação do curso. Segundo esses estudantes, às vezes o professor chama a atenção diretamente dos envolvidos ou dá bronca na turma e *sempre* o professor interrompe a aula e espera que a turma silencie e ainda tenta algum tipo de negociação com os alunos. Segundo Aquino (2003), a maioria dos educadores não sabe ao certo como administrar o ato indisciplinado, como geri-lo, já que, muitas vezes, não é capaz de compreendê-lo em sua complexidade.

Para a elaboração das assertivas, foram consideradas as conclusões de Estrela (1994), que registra que as ações habituais no trato com a indisciplina vão desde ignorar o comportamento desviante até chamar a atenção, dirigir questionamentos aos alunos indisciplinados, fazer apelos à boa conduta, lembrar-se da regra que está sendo violada, retirar o estudante da sala de aula.

Para os participantes dos três grupos, professores, alunos ingressantes e alunos concluintes, o que *raramente* acontece é os alunos envolvidos em indisciplina serem depois acompanhados pela coordenação ou mesmo receberem alguma advertência. A esse respeito cabe observar que, no estatuto da IES investigada (2017, p. 50), em seu artigo 191, é previsto que a pena de advertência seja aplicável por “desrespeito a qualquer membro da comunidade acadêmica, por perturbação da ordem no recinto do Centro Universitário”.

3.1 MOTIVAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INDISCIPLINA NO ENSINO SUPERIOR

Depois de apresentar e discutir o que os participantes percebem como conduta indisciplinada no ensino superior, o quanto essas condutas ocorrem em seu cotidiano, que gravidade atribuem a tais comportamentos e como, segundo sua percepção, os professores e a IES lidam com essas situações quando acontecem em sala de aula, buscamos o entendimento dos sujeitos acerca das motivações e responsabilidades pela indisciplina.

Iniciamos procurando verificar se os participantes trazem consigo representações estereotipadas acerca do aluno indisciplinado e do professor em cuja aula a indisciplina se manifesta. Para tal, apresentamos um grupo de assertivas nas quais crenças sociais e estereótipos foram misturados a elementos encontrados pontualmente nas conclusões de trabalhos científicos sobre indisciplina escolar: “alunos tendem a ser mais indisciplinados que alunas”; “a indisciplina ocorre mais nas aulas dos professores menos experientes”; “a indisciplina ocorre mais em componentes curriculares considerados pelos alunos como secundários”; “alunos muito indisciplinados geralmente têm problemas psicológicos e/ou neurológicos”; “a indisciplina é, sobretudo, uma questão cultural”. Aos participantes foi solicitado que identificassem se *concordam*, *discordam* ou *concordam parcialmente* do conteúdo de cada frase.

Diferentemente do que tem sido constatado em estudos sobre a indisciplina no Ensino Fundamental, os participantes da pesquisa *discordaram* do entendimento de que a indisciplina tenha relações com gênero. A maioria dos docentes e dos

universitários *discordou* também da afirmação de que os alunos são mais tendentes ao comportamento indisciplinado do que as alunas.

Discordam, ainda, que os alunos muito indisciplinados geralmente tenham problemas psicológicos e/ou neurológicos. Entretanto, segundo Oliveira (2005), a questão da indisciplina também pode ter origem advinda de fatores psicológicos ou emocionais que acarretam a falta de atenção e a falta de concentração durante a aula.

50% dos concluintes e 58,3% dos docentes *concordam* que a indisciplina ocorre mais nas aulas dos professores menos experientes, enquanto essa porcentagem, para discentes iniciantes, é de 38%. O início de carreira ou a pouca experiência representam, portanto, uma fase crítica em relação às experiências anteriores e aos ajustes a serem feitos em função do trabalho e do confronto inicial com a complexa realidade do exercício da profissão docente.

A maioria dos professores *concorda* ainda que a indisciplina ocorre mais em componentes curriculares considerados pelos alunos como secundários. D'Antola (1989, p. 37) diz que “a disciplina só é eficaz quando tem uma meta a atingir, o conhecimento exige disciplina e qualquer saber instiga a disciplina a ser mais rigorosa para poder apreender todas as diferentes nuances”.

Ao identificar mecanismos de poder na sociedade, Foucault caracteriza o poder disciplinar como autor dos acontecimentos decorrentes de uma atitude padronizada dos homens na modernidade. Segundo ele, vivemos na época dos corpos disciplinados, em que a disciplina produz, para a modelagem e o controle dos corpos, ferramentas que vão nortear o processo de construção do poder e normatização das condutas, adotando caracteres para sua aquisição.

A maioria dos participantes – alunos iniciantes, concluintes e professores – *concorda* que os alunos que receberam boa educação familiar tendem a ser menos indisciplinados. A família é de grande importância nesse processo educacional, e problemas de diversas ordens podem motivar a indisciplina escolar. Essa é a posição de Oliveira (2005, p. 38) para quem “toda indisciplina tem uma causa e que a mesma não é simplesmente uma ação, mas uma reação, e que existem vários fatores determinantes da indisciplina, e um deles é a família”.

Além da questão cujos resultados acabamos de discutir, perguntamos aos participantes como eles distribuiriam as responsabilidades pela indisciplina quando ela acontece no ensino superior. Para isso, apresentamos aos sujeitos uma relação de assertivas contendo: “professor”, “estudante”, “família do aluno”, “cultura ou normas da IES”, “formação cultural brasileira” ou “sistema econômico”. Em seguida, solicitamos que atribuíssem a cada categoria um conceito: *não é responsável, às vezes tem um pouco de responsabilidade, sempre tem uma parte da responsabilidade ou tem muita responsabilidade*.

Constatamos que, assim como os docentes que atribuíram o conceito *muita responsabilidade* predominantemente aos estudantes (66,7%), também os alunos participantes da pesquisa assim responderam. 71,4% dos concluintes e 66,3% dos iniciantes entendem que os mais responsáveis pela indisciplina são os próprios alunos.

O destaque dado à responsabilidade do estudante pela indisciplina se torna um dado curioso em comparação com os resultados da questão anteriormente discutida. Nela, vimos que os participantes, especialmente os professores, demonstram perceber

que a indisciplina é um fenômeno multifatorial, contudo, quando pensam em responsabilização, seu olhar se detém mais diretamente sobre o aluno indisciplinado.

No que se refere a quem é o responsável pela indisciplina no Ensino Superior, todos os envolvidos apresentam uma parcela de responsabilidade. A maioria dos participantes iniciantes (66,3%), dos concluintes (71,4%) e dos professores (66,7%) considera que o estudante tem *muita responsabilidade*, seguido da família do aluno, que *sempre tem uma parte da responsabilidade* e, na visão dos docentes, o sistema econômico também tem *uma parte da responsabilidade*.

Vale ressaltar que, pelos dados apresentados, a questão da indisciplina não é da competência apenas do estudante e do professor, mas da família também e de outros elementos inseridos sociais. Como visto, são várias as causas que contribuem para a instalação de problemas referentes à indisciplina, como fatores sociais, culturais, políticos e da personalidade dos próprios professores e dos alunos. Alguns empecilhos podem estar relacionados ao despreparo dos alunos que adentram cada vez mais cedo no ensino superior e, muitas vezes, apresentam certa dificuldade em lidar com situações totalmente novas em suas vidas, e outros do despreparo dos professores em liderar, envolver e contornar esses problemas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar comparativamente o entendimento de professores universitários e de estudantes de um curso de Medicina Veterinária acerca da tensão disciplina/indisciplina. A questão da indisciplina tem ocupado um espaço cada vez maior no cotidiano educacional e vem se tornando um desafio para professores e gestores que nem sempre sabem o que fazer para impedir ou minimizar esses conflitos desde a educação infantil até o nível superior, nas instituições de ensino públicas ou privadas, que se manifestam nas relações dos alunos entre si e dos alunos com os professores (AQUINO, 1996; VASCONCELLOS, 2009).

No que diz respeito ao conceito de disciplina, trabalhamos com uma perspectiva sócio-histórica, a partir da qual se entende a disciplina e seu contraponto, a indisciplina como um comportamento social localizado no tempo e no espaço. Dito de outra forma, o que pode ser considerado indisciplina tanto varia ao longo do tempo, dentro de uma mesma sociedade, quanto varia de uma sociedade para outra e de um grupo para outro.

Por outro lado, compreendemos que o padrão aceito de comportamento escolar disciplinado, na da sociedade ocidental, foi forjado também historicamente, entre os séculos XVIII e XIX, conforme Michel Foucault (1999).

Todos os participantes da pesquisa consideram uma gama de situações como indisciplinadas, em que, das 12 assertivas apresentadas, quatro delas são vistas como indisciplina no ensino superior. No contexto geral, as concepções dos professores, dos alunos iniciantes e dos concluintes remetem às apresentadas em Estrela (1994), La Taille (1996) e Aquino (1996), que relacionam a indisciplina aos comportamentos que se contrapõem às regras, normas preestabelecidas para o bom andamento das atividades escolares. Em contraposição, a disciplina é compreendida como bom comportamento e obediência às regras.

Consideramos que, num mundo marcado pela tecnologia, dentro do qual o acesso à informação está, literalmente, ao alcance das mãos, nenhum dos sujeitos envolvidos na pesquisa consegue responder com efetividade às urgências do novo tempo. Como o acesso à web se dá, via de regra, por meio dos celulares, o comportamento é entendido por inadequado por todos, alunos e professores. Chama a atenção o fato de aparecerem, nos três grupos envolvidos, como estratégia para diminuir a indisciplina no curso de Medicina Veterinária da IES, a sugestão de *proibição do uso de celulares em sala de aula*.

Por certo, a questão da indisciplina escolar, no ensino superior, é resultante de uma complexa trama tecida na relação ensino-aprendizagem, dentro de determinado contexto sociocultural e temporal. Hoje, na contemporaneidade, atravessamos um momento interessante de transição no qual a pedagogia tradicionalista dá seus últimos suspiros, mas também adverte, por meio dos próprios alunos, a necessidade de “professores mais rígidos”.

Da mesma forma, ainda que professores e alunos reconheçam seu quinhão de responsabilidade na via de mão dupla dos comportamentos vistos como indisciplinados, também as instâncias pedagógicas da IES são chamadas a participar do processo de transformação da indisciplina em disciplina.

Encerramos esta pesquisa acreditando que a indisciplina no curso de Medicina Veterinária da IES pesquisada pode ser traduzida como falta de foco, de concentração e de desatenção. Acreditamos, também, que é possível a sua superação, reinventando a docência e, conseqüentemente, as próprias formas de ensinar, aprender e se relacionar. Porém, a sua superação requer um esforço conjunto e efetivo de transformação, do qual fazem parte *todos os sujeitos*: alunos, professores e IES.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 8. ed. São Paulo: Summus, 1996.

AQUINO, J. G. **Indisciplina**: o contraponto das escolas democráticas. São Paulo: Moderna, 2003.

AQUINO, J. G. **Docência, poder e liberdade**: dos processos de governamentalização à potência de existir nas escolas. 2009. 216 f. Tese de Livre Docência. Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação. Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-19032013-093316/pt-br.php>. Acesso em: 17 julho 2017.

AQUINO, J. G.; RIBEIRO, C. Processo de governamentalização e a atualidade educativa: a liberdade como eixo problematizador. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 58-71, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/8202/5530>. Acesso em: 17 julho. 2017.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

D'ANTOLA, A. (org.) **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: E.P.U. 1989.

DEBARBIEUX, E. **La violence en milieu scolaire** (vol. 2 - Le désordre des choses). Paris: ESF, 1999.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Portugal: Porto, 1994.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

IES. Instituição de Ensino Superior. **Estatuto da IES**. Aprovado pela Res. CON/IES nº409, de 30 de dezembro de 2013. Alterado pela Res. CON/IES nº424, de 16 de junho de 2014. Alterado pela Res. CON/IES nº434, de 11 de maio de 2015. Alterado pela Portaria Reitoria nº 2051, de 20 de maio de 2016, referendada pela Res. CON/IES nº 453, de 20 de dezembro de 2016. Alterado pela Res. CON/IES nº463, de 03 de maio de 2017. Patos de Minas/MG, 2017. 55 p.

LA TAILLE, Y. A indisciplina e o sentimento de vergonha. *In*: AQUINO, J. G. (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996. p. 39-56.

OLIVEIRA, M. I. **A indisciplina escolar: determinações, conseqüências e ações**. Brasília: Líber Livro, 2005.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2009.